

RESUMO - CIÊNCIAS DA SAÚDE

IMPACTO DA TELEMEDICINA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Victor Cardoso Pereira (pcardosovictor@gmail.com)

Michel Monteiro Macedo (michel.macedo@afya.com.br)

Fabrizio Dos Santos Cardoso (fabrizio.cardoso@uniredentor.edu.br)

Renata Clementino Gontijo (renatacanavarrogontijo@gmail.com)

Sérgio Gomes Da Silva (Sergio.gomes@afya.com.br)

CONTEXTO: A pandemia de COVID-19 exigiu respostas ágeis dos sistemas de saúde, com a telemedicina surgindo como alternativa para garantir acesso a serviços no SUS. Entretanto, persistiram lacunas sobre os fatores que determinaram sua efetividade na regulação de consultas de especialidade e os desafios práticos para sua consolidação, especialmente em um sistema universal marcado por desigualdades. Poucos estudos abordaram de forma integrada as dimensões técnicas, culturais e estruturais que influenciaram sua adoção durante a crise. **OBJETIVOS:** Caracterizar os determinantes da utilização da telemedicina para acesso a especialidades no SUS durante a pandemia e propor recomendações para superar barreiras identificadas. **METODOLOGIA:** Realizou-se uma revisão sistemática (2020-2022) nas bases PubMed, Cochrane e Embase, utilizando os termos: (Telemedicine OR "remote medical care" OR Telehealth) AND ("COVID-19" OR SARS-CoV-2) AND ("SUS" OR "Brazilian public health system"). Foram incluídos estudos observacionais, ensaios clínicos e análises qualitativas em português/inglês, focados no

impacto da telemedicina no SUS. Excluíram-se artigos irrelevantes, duplicados, resumos e textos indisponíveis. A seleção seguiu o fluxograma PRISMA, com auxílio do software Rayyan. RESULTADOS: Dos 74 estudos identificados, 5 foram incluídos. A telemedicina ampliou o acesso a especialidades, reduzindo encaminhamentos desnecessários (48,1% rejeitados após triagem remota) e resolvendo 95,8% dos casos na Atenção Primária. Contudo, enfrentou resistência profissional (insegurança jurídica e capacitação insuficiente), infraestrutura digital precária e baixo engajamento de pacientes (38,9% recusaram telemonitoramento). Lacunas regulatórias, como uso de códigos diagnósticos inespecíficos (90,4%), comprometeram a eficiência, enquanto disparidades regionais limitaram a equidade. CONCLUSÃO: A telemedicina mostrou-se estratégica para manter o acesso a especialidades no SUS durante a pandemia, otimizando recursos e reduzindo riscos de transmissão. No entanto, sua efetividade foi limitada por desafios estruturais (infraestrutura, desigualdades), culturais (resistência profissional, desconfiança) e operacionais (padronização de dados). Para consolidá-la como política permanente, são necessários investimentos em tecnologia, educação digital, integração de sistemas e modelos híbridos que combinem atendimento remoto e presencial. Essas ações são cruciais para fortalecer a resiliência do SUS frente a futuras emergências.

Palavras-chave: telemedicina; sistema único de saúde (sus); covid-19; acesso aos serviços de saúde; desafios estruturais.